

7.CONTRATO Nº 019/2022 - MOVELARIA MARQUINHOS EIRELI, Valor Global: R\$ 351.010,73 (Trezentos e cinquenta e um mil, dez reais e setenta e três centavos);

8.CONTRATO Nº 020/2022 - O DE S CASTRO ME, Valor Global: R\$ 278.431,28 (Duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos);

9.CONTRATO Nº 021/2022 - R M ABECASSIS, Valor Global: R\$ 325.303,77 (Trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e três reais e setenta e sete centavos);

10.CONTRATO Nº 022/2022 - RAIMUNDA FERREIRA NAKAUTH ME, Valor Global: R\$ 172.841,46 (Cento e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos);

11.CONTRATO Nº 023/2022 - SAN RAFAEL MÓVEIS, CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL E TURISMO LTDA, Valor Global: R\$ 232.262,50 (Duzentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);

12.CONTRATO Nº 024/2022 - V DA R COSTA ME, Valor Global: R\$ 43.130,55 (Quarenta e três mil, cento e trinta reais e cinquenta e cinco centavos);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº. 3.453/2009, que instituiu o Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar - PROMOVE, e, como norma suplementar, o art. 30, da Lei nº 13.303/16. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS-ADS**, em Manaus, 30 de março de 2022.

MICHELLE MACEDO BESSA

Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 83192

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 010/2022.

Processo Administrativo nº. 018502.0000282/2022-ADS

CONTRATADA: SOUZA AUDITORES INDEPENDENTES EIRELLI ME.

CNPJ: 22.806.798/0001-04

OBJETO: Serviço de Auditoria Independente.

VIGÊNCIA: até 29 de março de 2022.

VALOR GLOBAL: R\$ 48.500,00 (Quarenta e oito mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2022NE000172, de 15/03/2022.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 29, II da Lei nº. 13.303/16 e Parecer Jurídico nº. 081/2022 - PJ/ADS.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS-ADS, em Manaus, 30 de março de 2022.

MICHELLE MACEDO BESSA

Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 83194

Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - AADESAM

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2022 - AADESAM.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM. **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 004/2022/CL/AADESAM. OBJETO:** Registro de Preços para **Eventual Contratação de Empresa para Serviços de Engenharia**, por um período de **12 (doze) meses**, para atender a AADESAM e seus Projetos atuais e futuros.

EMPRESA: HSX ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. **VALOR TOTAL:** R\$ 20.087.539,55 (vinte milhões, oitenta e sete mil e quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA DA ATA: 24/03/2022 a 23/03/2023.

Manaus, 24 março de 2022.

JOSÉ NILMAR ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

Protocolo 83241

Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA

Espécie: Contrato nº 07/2022. Assinatura: 18.03.2022. Partes: Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA e a empresa Joice Heintz M.E. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em Manutenção Eletromecânica de Motores Elétricos de Indução Trifásico e Monofásico pertencentes aos Sistemas de Abastecimento de Água administrados e mantidos pela COSAMA. Prazo: 12 (doze) meses. Valor Global: R\$1.942.989,78 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos). Fundamento: PE nº 49/2021, art. 66 da Lei nº 13.303/2016, processo nº 2420/2021. Dotação Orçamentária: Recursos Próprios. Manaus, 18.03.2022.

ARMANDO SILVA DO VALLE

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA

Protocolo 83129

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA CNPJ/MF N. 04.406.195/0001-25

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 04.158.270-5

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da COSAMA, na rua General Miranda Reis, n. 20, Conjunto Celetamazon - Adrianópolis, a partir do dia 8 de março de 2022, no horário comercial, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n. 6.404, de 15/12/1976:

I - Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findado em 31.12.2021;

II - Cópias das Demonstrações financeiras;

III - Parecer dos Auditores Independentes.

IV - Parecer do Conselho Fiscal. Manaus, 8 de março de 2022, Carlos Henrique dos Reis Lima, Presidente do Conselho de Administração.

ARMANDO SILVA DO VALLE

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA

Protocolo 83127

Espécie: 1º Aditivo ao Contrato nº 008/2021. Assinatura: 17.03.2022. Partes: Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA e a empresa Paper Shop Comercial Limitada-EPP. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual e conceder o reequilíbrio econômico e financeiro. Prazo: 06 (seis) meses. Valor Global: R\$30.742,75 (trinta mil, setecentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Fundamento: Artigos 71, 72 e 81, todos da Lei nº 13.303/2016, PP nº 020/2020, processo nº 0834/2022. Dotação Orçamentária: Recursos Próprios. Manaus, 18.03.2022.

ARMANDO SILVA DO VALLE

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA

Protocolo 83133

Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA.

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições e em cumprimento à Lei 13.303/2016, vem dar publicidade às demonstrações financeiras da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA, referente ao exercício de 2021, para os devidos fins.

ACRAM SALAMEH ISPER JR

Diretor-Presidente da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – CADA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2022, às 11h, no formato virtual, por meio de videoconferência na plataforma Zoom. **2 - PRESENÇA e QUÓRUM:** Convocados na forma do Art. 11, §1º do Estatuto Social da Companhia, presentes os conselheiros que a presente ata assinam, atendendo o quórum de instalação desta reunião nos moldes do Art. 11, § 3º do Estatuto Social. **3 - MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a presidente do Conselho de Administração **MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO ALVES**, e como secretária **JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS** na forma do que preceitua o Art. 11, § 3º do Estatuto Social da Companhia. **4 - ORDEM DO DIA:** (i) – Aprovação do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA; (ii) – Aprovação da avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia, conforme Art.17, I, “a” do Estatuto Social da CADA; (iii) – O que houver. **5 - DELIBERAÇÕES:** A reunião foi realizada por meio de videoconferência na plataforma Zoom e sua confirmação se dá por meio das assinaturas nesta ata na forma da ordem do dia que preceitua a IN DREI 81, Anexo V, por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme dispõe o Art. 36, inciso I da IN DREI 81 dispensando-se a juntada da cópia do documento de identificação nos moldes do que preceitua o Art. 36, II da IN DREI 81. Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações: **5.1 - Aprovação do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos, e sem ressalvas, o relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA. **5.2 - Aprovação da avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia, conforme Art.17, I, “a” do Estatuto Social da CADA:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos, e sem ressalvas, a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia, conforme Art.17, I, “a” do Estatuto Social da CADA. **5.3 - Assuntos de Ordem Geral. 6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos membros do Conselho de Administração ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **7 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros presentes.

Manaus, 16 de março de 2022.

MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO ALVES

Presidente da Mesa / Conselheira

ACRAM SALAMEH ISPER JR

Conselheiro

ALEX DEL GILIO

Conselheiro

ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA

Conselheiro

ADRIANO MENDONÇA PONTE

Conselheiro

DIVALDO MARTINS DA COSTA

Conselheiro

EDILENE DE SOUZA GODINHO TEIXEIRA

Conselheira

JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS

Secretária

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – CADA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2022, às 11h30, no formato virtual, por meio de videoconferência na plataforma Zoom. **2 - PRESENÇA:** Convocados na forma do Art. 22 do Estatuto

Social da Companhia, presentes os membros que assinam a presente ata do Conselho Fiscal da Companhia. **3 - MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a senhora **MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO ALVES**, e como secretária **JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS**. **4 - ORDEM DO DIA:** (i) – Apresentação do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA; (ii) – O que houver. **5 - PAUTAS:** A reunião foi realizada por meio de videoconferência na plataforma Zoom e sua confirmação se dá por meio das assinaturas nesta ata, na forma da ordem do dia, na forma do que preceitua a IN DREI 81, Anexo V, por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, conforme dispõe o Art. 36, inciso I da IN DREI 81 dispensando-se a juntada da cópia do documento de identificação nos moldes do que preceitua o Art. 36, II da IN DREI 81. A presente reunião não teve deliberações, apenas informativo, como posto nas pautas abaixo descritas: **5.1 - Apresentação do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA:** Os membros do Conselho Fiscal, em sua totalidade, tomam ciência do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Art.17, I, “c” do Estatuto Social da CADA. **5.2 - Assuntos de Ordem Geral. 6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos membros do Conselho Fiscal ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **7 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

Manaus, 16 de março de 2021.

MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO ALVES

Presidente da Mesa

ANÍBAL GUEDES LOBO

Conselheiro

BRUNA DE OLIVEIRA CHIXARO

Conselheira

MYRACELLE DOS SANTOS DA SILVA

Conselheira

JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS

Secretária

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2021

QUEM SOMOS

A Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA é uma empresa pública da administração indireta, vinculada à SEFAZ, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada pela Lei 5.054 de 27 de dezembro de 2019 e com patrimônio próprio. Constituída como Sociedade Anônima de capital fechado, integralmente subscrito e parcialmente integralizado pelo Governo do Estado do Amazonas.

MISSÃO

Promover soluções para auxiliar o Poder Executivo no desenvolvimento econômico social do Estado do Amazonas, otimizando o fluxo dos recursos financeiros por meio de mobilização de ativos e de parcerias colaborativas e inovadoras.

VISÃO

Ser referência nacional na articulação e estruturação de novos vetores da matriz econômica, voltados ao desenvolvimento social do Estado do Amazonas.

VALORES

Respeito e valorização das pessoas Ética e integridade Eficiência e eficácia, inovação e simplicidade.

OBJETIVO SOCIAL

Conforme Art. 2º do Decreto 42.707/2020, que aprova o Estatuto da Companhia, a CADA tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recursos financeiros, para o financiamento de projetos prioritários, em conformidade com a Lei Estadual nº 5.054, de 27 de dezembro de 2019, e alterações promovidas pela Lei 5.219, de 31/08/2020.

SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das S/A;
 Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais
 Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 Lei Estadual nº 5.054, de 27 de dezembro de 2019 - Autoriza a criação da CADA;
 Lei Estadual nº 5.219, de 31/08/2020 - altera a Lei 5.054;
 Decreto Estadual nº 42.707/2020 - aprova o Estatuto.

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como estrutura de controle interno, a Companhia conta com seus órgãos estatutários de supervisão interna: (i) o Conselho de Administração (COAD), que exerce fiscalização sobre a Diretoria Executiva (DIREX), por meio do controle de questões que envolvem o plano de negócios da companhia, o controle dos riscos a que a Companhia está exposta e os limites financeiros de contratação pela Companhia; e (ii) Conselho Fiscal (COFIS), que está instalado e funciona permanentemente.

Ambos os órgãos têm reuniões mensais. Ademais disto, a Companhia atende às regras e legislações pertinentes a fim de garantir transparência, sólidas práticas de governança, e evitar, desta feita, riscos decorrentes de sua atuação. A Companhia também mantém as políticas obrigatórias indicadas na Lei nº 13.303, de 2016.

Em relação aos controles adotados pela empresa estatal, para assegurar a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras confiáveis, a Companhia submete ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), relatórios e balancetes mensais e demais documentos, se solicitados para esclarecimento dos atos e fatos da administração.

Adicionalmente, na 5ª. Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 14/05/2021, foram apresentados os membros designados para compor o Comitê de Governança Corporativa, com a função de assegurar, deliberar e garantir ações que promovam as boas práticas de governança corporativa na CADA e com vínculo direto com o COAD.

Na sequência foi instituído por meio da Portaria nº 002/2021/CADA, de 10 de junho de 2021, o órgão de Controle Interno da Companhia e designado um funcionário responsável pela atividade.

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

De acordo com o Estatuto Social, Art. 6º, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, um Diretor-Presidente, uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria Operacional, que foram eleitos com mandato até o dia 02 de dezembro de 2022, obedecendo as disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O Conselho de Administração, composto por 07 (sete) membros é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação superior da Companhia.

REGULAMENTOS E ATOS INTERNOS APROVADOS PELO COAD.

1. Política de Gestão de Pessoas
2. Regimento Interno de Licitações e Contratos Administrativos
3. Constituição da Comissão Permanente de Licitação - CPL
4. Instituição do Comitê de Governança Corporativa
5. Instituição do órgão de Auditoria Interna
6. Contratação de Auditores Externos Independentes
7. Regimento Interno da Companhia

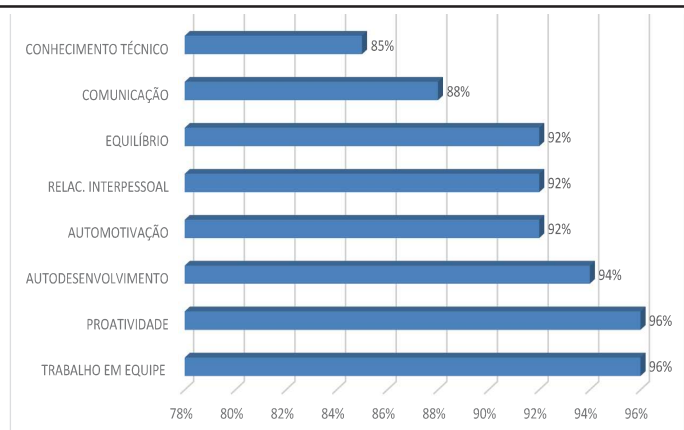
GESTÃO DE PESSOAS

A Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA é regida pela lei 13.303/2016. Nessa lei está normatizada a necessidade de realização de ações de desenvolvimento e avaliação para colaboradores e governança com periodicidade mínima anual.

A CADA esteve atenta em permanecer em conformidade com a lei e promover melhoria contínua de nossa Governança e Corpo Técnico. Por isso, foi realizado, no mês de fevereiro de 2022, a 1ª Avaliação de Desempenho Individual anual dos colaboradores, referente ao ano de 2021. Foram aferidos e avaliados além de conhecimentos técnicos, aspectos comportamentais.

A metodologia da Avaliação de Desempenho contemplou a autoavaliação, feita por todos os colaboradores e a avaliação 90 graus - colaborador é avaliado pelo seu superior imediato - com o objetivo de reconhecer o trabalho realizado, apontar melhorias e realizar proposições de ações de desenvolvimento individual - PDI.

A seguir, estão sintetizados os resultados obtidos na Avaliação de Desempenho referente ao exercício de 2021. O gráfico apresenta os indicadores de performance por cada atributo avaliado.



Atributos importantes como **proatividade** e **trabalho em equipe** receberam de suas lideranças a excelente pontuação de 96%. Para o atributo **autodesenvolvimento**, tão importante para a melhoria contínua, foi registrada marca de 94%. **Automotivação**, **equilíbrio** e **relacionamento interpessoal** registraram a performance de 92%.

A avaliação de desempenho também demonstrou pontos de atenção que precisam ser desenvolvidos em nossa equipe: **comunicação** e **conhecimento técnico**, que receberam as menores marcas; 88% e 85% respectivamente.

Com os resultados obtidos, será elaborado um plano de capacitação que será realizado durante todo o ano de 2022.

Considerando a média geral da Avaliação Anual de Desempenho 2021, apontando uma performance de 92%, pode-se concluir que a equipe da CADA reúne as habilidades técnicas e comportamentais necessárias para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

No que se refere ao custeio de treinamentos e desenvolvimento, durante o ano de 2021, foram investidos mais de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e realizados 299 horas/aulas de cursos voltados para a capacitação de nossos colaboradores, devidamente certificados. Todos direcionados para aquisição/desenvolvimento de conhecimento que fazem parte das necessidades do negócio, a saber:

CURSO DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE: Promovido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC com o objetivo de discutir as atribuições dos órgãos e ferramentas da governança para o desenvolvimento e melhor atuação da função de *compliance*. Demonstrar a aplicação da legislação existente. Apresentar aspecto imprescindíveis para o sucesso do sistema de compliance. Discutir dilemas éticos. Abril/2021. Carga horária: 20 horas. Participantes: 03.

CERTIFICAÇÃO CP3P-F: Promovido pela APMG Internacional, o programa tem o objetivo de formar uma base comum de conhecimento sobre Parcerias Público Privadas - PPPs e concessões entre os profissionais do setor em todo o mundo. Carga Horária: 25 horas + Exame de certificação. Julho/21. Carga horária: 25 horas. Participantes: 05.

CURSO: FORMAÇÃO DE PREGOEIROS: Promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, o curso tem por objetivo formar os agentes públicos quanto ao processo de licitação pregão, que visa dar maior transparência e agilidade às compras públicas e sobretudo minimizar os custos para a Administração Pública e seus fornecedores. Maio/2021. Carga horária: 20 horas. Participante: 01 Pregoeira CPL.

CURSO: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS. Promovido pela Escola de Gestão e Aperfeiçoamento do Servidor Público - ESASP, o curso teve o objetivo de orientar o agente público a elaborar com correção os principais documentos que compõem os processos de compra pública. Setembro/2021. Carga horária: 12 horas. Participantes: 01 Membro CPL.

CURSO - LICITAÇÃO - LEI 13.303/2016. Promovido pela Escola de Gestão e Aperfeiçoamento do Servidor Público - ESASP, o curso dispõe sobre o regime de licitações das empresas públicas e sociedades de economia mista - empresas estatais. Ampla exposição sobre as normas gerais: do planejamento à homologação. Setembro/2021. Carga horária: 12 horas. Participantes: 01 Membro CPL.

WEBINAR - ISO 37000 - GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES: O Webinar teve o objetivo de promover a publicação sobre o estabelecimento de uma referência única para que organizações e seus órgãos diretivos, independentemente do tamanho, para que tenham uma linguagem, princípios e práticas integrados para o exercício da boa governança. Outubro/21. Carga horária: 02 horas. Participantes: 02.

FÓRUM CONSAD. Promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD, com o objetivo de discutir ações de

desenvolvimento da governança pública, assim como incentivar lideranças na difusão de uma cultura de excelência e na proteção do interesse público. Realizado no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2021. Carga horária: 33 horas. Participantes: 02.

A Diretoria Executiva é composta por três diretores, apoiados por dez assessores, que juntos conseguiram, com o custeio por parte da CADA ou por suas próprias expensas, buscar o pleno atendimento aos requisitos legais e ao objetivo de desenvolvimento contínuo, tão necessários atualmente.

GESTÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

Para normatizar, orientar e estabelecer condições, regras e procedimentos referentes à contratação de serviços e obras, à aquisição e a locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus reais sobre tais bens, no âmbito da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos com fundamento no art. 40 da Lei nº 13.303, de 2016, foi instituído o Regimento Interno de Licitações e Contratos.

Aplicam-se aos procedimentos licitatórios e contratos da CADA as disposições da Lei Federal nº 13.303 (Lei das Estatais), de 2016; da Lei Complementar Federal nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 2006; da Lei Federal nº 12.232 (Normas de Licitação e Contratação de Agências de Propaganda), de 2010; da Lei Federal nº 10.520 (Lei do Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), de 2002; Lei Federal nº 14.133 (Lei de Licitações e contratos administrativos); Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil Brasileiro); da Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação); da Lei Federal nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); bem como das legislações correlatas e das normas internas da Companhia.

No ano de 2021, foram realizadas as seguintes compras diretas/licitações para aquisição de serviços e produtos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

PA nº.	OBJETO	STATUS	VALOR CONTRATADO	VIGÊNCIA
0001	Contratação de empresa especializada em software de Gestão Empresarial para aquisição de sistema e manutenção mensal.	Contratada empresa FORTES TECNOLOGIA em 18/01/2021	40.597,00	12 meses
002	Contratação de serviços de publicação oficial - DOE - IOEAM	Contratada IOEAM em 20/04/2021	30.000,00	12 meses
003	Contratação de Licença de uso de Sistema de Informação via website	Contratada PRODAM dia 01/05/2021	22.742,28	12 meses
004	Contratação de Locação de sala comercial para sede administrativa da CADA	Contrato de aluguel realizado em 15/03/2021	5.000,00 / mensal	24 meses
005	Aquisição de mobiliário permanente (cadeiras)	Contratação em 27/04/21 - Movenorte	27.700,00	Imobilizado
006	Contratação de serviços de publicação comercial	Sobrestado em razão de interesse da Administração.	--	--
007	Aquisição de equipamentos de informática	Contratação Direta Concluído - Aquisição na empresa INFOSTORE em 14/09/2021.	49.830,00	Ativo imobilizado
008	Aquisição de eletroeletrônicos para a sede da Companhia.	Aquisição na empresa Ramsons EM 23/04/2021.	7.828,97	Ativo imobilizado
009	Aquisição sistema Windows 10	Contratação Direta - Concluído - Aquisição Seven em 23/11/2021.	899,00	Licenças
010	Contratação de empresa de serviços gerais e limpeza.	Contratada em 17/05/2021 com empresa franqueada JANPRO	13.046,00	12 meses
011	Contrato de estacionamento interno	Sobrestado em razão de interesse da Administração.	--	--

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

O controle orçamentário das despesas durante o exercício, levando-se em consideração que a Companhia ainda se encontrava na sua fase inicial, de estruturação da infraestrutura, dos processos e dos projetos a serem desenvolvidos foi crucial para alcançarmos o resultado financeiro, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



A análise do resultado de 2021, indica que a CADA, apesar do controle orçamentário das despesas, deve realizar esforços para buscar alternativas de geração de receitas operacionais, elevando o grau de sustentabilidade financeira da Companhia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MONITORAMENTO DOS INDICADORES

O planejamento estratégico da Companhia foi estruturado obedecendo as seguintes etapas:

- Análise SWOT
- Mapa Estratégico – ANEXO I
- Desdobramento de Objetivos e Metas – ANEXO II
- Monitoramento dos indicadores – ANEXO III

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS:

As metas relativas às atividades são monitoradas por meio do *Balanced Scorecard* - BSC, aprovado pela Diretoria Executiva. Essa ferramenta permite organizar estratégias que atendem a objetivos, dentro de um prazo, e em consonância com a missão da empresa. Os dados são organizados de acordo com quatro perspectivas:

- Financeira;
- Sociedade, cliente e mercado;
- Processos internos;
- Aprendizado e crescimento.

Dentre os benefícios da aplicação do BSC podemos citar: o monitoramento, medição e direcionamento de ações propostas pela Companhia; estimula e favorece a comunicação e o feedback entre a equipe; proporciona o acompanhamento da execução e as possíveis necessidades de revisão das metas da Companhia, a cada exercício.

Monitoramento dos Indicadores

ANEXO III – MONITORAMENTO DOS INDICADORES

CONSOLIDADO 2021					
PERSPECTIVA BSC	OBJETIVO	DESCRIÇÃO DA META	META	INDICADOR DE CONTROLE	STATUS
FINANCEIRA	CRESCER DE FORMA SUSTENTÁVEL	Meta 1. Manter controle orçamentário de despesas da Companhia	R\$ 350.000,00	Média das despesas Gerais	Média das despesas 2021: (3.844.574,41/12) = R\$ 320.381,20
PROCESSOS INTERNOS	PADRONIZAR PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA OS PROCESSOS CRÍTICOS	Meta 1. Constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL	mai/21	Publicação da Portaria que institui a CPL	Publicada Portaria no. 01 de 17/05/2021 – CONCLUÍDO 100%
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	FORTALECER A CULTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	Meta 1. Instituir o Comitê de Governança Corporativa	mai/21	Ata do COAD que apresenta os membros do Comitê.	Membros apresentados na 5ª reunião do COAD realizada em 14/05/2021 – CONCLUÍDO 100%
PROCESSOS INTERNOS	PADRONIZAR PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA OS PROCESSOS CRÍTICOS	Meta 2. Aprovar o Regulamento Interno de Licitações e Contratos Administrativos	jun/21	Ata do COAD que aprova o regulamento	Aprovado na 6ª Reunião do COAD – 15/06/2021 – CONCLUÍDO 100%
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	FORTALECER A CULTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	Meta 2. Aprovar a Política de Gestão de Pessoas da Companhia	jun/21	Ata do COAD que aprova a Política	Aprovado na 6ª Reunião do COAD – 15/06/2021 – CONCLUÍDO 100%
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	FORTALECER A CULTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	Meta 3. Instituir órgão de Controle Interno	jun/21	Publicação da Portaria que institui o órgão.	Publicada Portaria no. 02 de 10/06/2021 – CONCLUÍDO 100%

PERSPECTIVA BSC	OBJETIVO	DESCRIÇÃO DA META	META	INDICADOR DE CONTROLE	STATUS
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	FORTALECER A CULTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	Meta 4. Instituir órgão de Ouvidoria	jul/21	Publicação da Portaria que institui o órgão.	Publicada Portaria no. 03 de 09/07/2021 - CONCLUÍDO 100%
SOCIEDADE, CLIENTES E MERCADO	RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS E PARTES RELACIONADAS	Meta 1. Apresentar relatórios de demonstrações contábeis e financeiras trimestralmente para aprovação do COAD	FEV/ABR/ JUL/OUT	Atas de reuniões do COAD aprovando o relatório trimestral	Cumprimento evidenciado nas Atas de Reuniões do COAD - CONCLUÍDO 100%
SOCIEDADE, CLIENTES E MERCADO	RELACIONAMENTO COM STAKEHOLDERS E PARTES RELACIONADAS	Meta 2. Cumprir mensalmente no prazo as informações solicitadas no e-Contas (TCE)	100%	Relatório de entrega de PCM disponível no site do e-Contas	Evidenciado atraso de 26 dias somente no mês de janeiro/21 por estarmos em processo de cadastro no e-Contas - CONCLUÍDO 100%
SOCIEDADE, CLIENTES E MERCADO	VIABILIZAR PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INOVAÇÃO EM PARCELIAS	Meta 1. Propor atualização da Lei da PPP e criação de MIP e PMI	dez/21	Data do envio da proposta à Casa Civil	Proposta enviada: SIGED 01.01.014501.000032/20 21-54 em 09/12/2021 - CONCLUÍDO 100%
FINANCEIRA	AUXILIAR O TESOUREIRO ESTADUAL NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Meta 1: Estudo de precificação da folha de pagamento do Estado	dez/21	Entrega do estudo à Sefaz	Enviado à SEFAZ: SIGED 01.01.014101.103298/20 21-70 em 28/07/2021
Elaborado por: Kátia Maria Paula de Andrade Barroncas Diretora Administrativa		Aprovado por: Acram Salameh Isper Jr. Diretor Presidente		Data: 10/08/2021 Rev.01	

PROJETOS E AÇÕES DA DIRETORIA OPERACIONAL

Atualização da Legislação do Programa Estadual Parceria Público-Privada - PEPPP

Status: A Companhia enviou para CASA CIVIL as propostas de atualização da Lei e do Decreto do PEPPP que estão sob análise daquele órgão.

Contratação da Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção da Unidade do Pronto Atendimento ao Cidadão –PAC/Edu-candos.

Status: Após estudos de viabilidade, definiu-se que o projeto será realizado pela modalidade de concessão direta e não pelo modelo de Parceria Público Privada considerando a urgência da realização do objeto.

Realização de estudo de apreçamento da Folha de Pagamento e demais serviços bancários; Projeto Básico e demais documentos necessários, para realização de certame licitatório, nos moldes firmados pelo Contrato nº33/2016- SEFAZ.

Status: Encontra-se na fase de finalização dos documentos técnicos, em seguida, serão remetidos à SEFAZ para providências quanto ao processo licitatório.

Apresentação de projetos e levantamento, investigação e estudos para concessão e uso do espaço físico da Arena da Amazônia.

Status: A primeira versão do Edital de Chamamento Público para estudos de viabilidade da concessão foi finalizada e será encaminhada para discussão interna. O projeto segue aguardando a alteração da legislação do PEPPP (Programa Estadual Parceria Público- Privada).

Acordo de Cooperação com o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC cujo objetivo é empreender esforços para estruturação do Programa Estadual de Parcerias Público Privadas por meio do desenvolvimento e estruturação de infraestrutura urbana, mediante assessoria, estudos de viabilidade e modelagem contratual técnica, econômico-financeira, jurídica e ambiental, visando o desenvolvimento dos municípios do Estado.

Status: Acordo de Cooperação Técnica assinado em novembro/2021. Linha prioritária definida foi energia fotovoltaica. Início dos trabalhos em janeiro/2022.

Análise quanto a viabilidade de transferência de ações ordinárias e dividendos de empresas públicas estaduais.

Status: Houve a contratação de escritório jurídico especializado em Direito Societário e Administrativo, para emissão de parecer jurídico sobre a viabilidade de transferências de ações ordinárias, detidas pelo Governo do Estado, em empresas públicas estaduais, para a Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA.

Elaboração de estudos para a concepção e viabilidade do Projeto do Complexo Pericial do DPTC – Departamento de Polícia Técnico e Científico.

Status: O Conselho do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas deliberou pela construção e operação diretamente pelo Estado diante da urgência e necessidade que o caso requer.

Avaliação dos direitos de créditos vencidos e não pagos detidos pelo Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recurso econômicos e social do Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recursos financeiros.

Status: Enviado ofício à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para proposta de consultoria e estudos da viabilidade do processo de securitização da dívida do Estado.

Atualização do Manual de PPP para o Estado do Amazonas

Status: Aguardando a publicação das atualizações da legislação do PEPPP e a publicação do Decreto Estadual de que regulamenta MIP e PMI.

Acordo de Cooperação Técnica CADA e SERFI

Status: O acordo encontra-se na PGE para análise.

Acordo de Cooperação Técnica CADA e UGPE

Status: O acordo encontra-se na PGE para análise.

Desenvolvimento de PPP para zoológico

Status: Aprovado pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público Privadas que orientou a necessidade de verificar quais outras propostas podem ser adequadas para o Estado, considerando os aspectos ambiental, social e econômico que a proposta requer. O próximo passo será realização de reuniões técnicas com as Secretarias de Meio Ambiente do Estado e Município para levantamento de possibilidades e possíveis restrições nessa temática.

Desenvolvimento da Plataforma de Economia Digital Sustentável da Amazônia

Status: Elaboração de documentação para Acordo de Cooperação Técnica e definição da atuação da Companhia na área de Mercado Digital e Mercado de Carbono.

Loteria do Estado do Amazonas

Status: Publicada a Lei nº 5.749 de 23 de dezembro de 2021, a qual o Poder Executivo fica autorizado a instituir e a explorar na forma do artigo 175 da Constituição da República, o serviço público de Loteria do Estado do Amazonas. O serviço público de loteria do Estado do Amazonas será executado pelo Poder Executivo Estadual, por intermédio da CADA. Em fase de elaboração do decreto de regulamentação.

Atualização da Lei da CADA

Status: Proposta inicial elaborada e em fase de validação interna.

Diretoria Executiva

Acram Salameh Isper Jr – Diretor Presidente

Kátia Maria Paula de Andrade Barroncas – Diretora Administrativa

Mércia Nogueira Monteiro Alves – Diretora Operacional

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o balanço patrimonial da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos em 31 de dezembro de 2021, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas (Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª edição).

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Revisão da vida útil do Ativo Imobilizado

A Administração não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (*impairment*). Desta maneira, em que pese termos conseguido validar as principais adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado e intangível, das despesas de depreciação/amortização e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Utilização de Capital Integralizado para despesas pré-operacionais.

A Companhia tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recursos financeiros para o financiamento de projetos prioritários, em conformidade da Lei Estadual n.º 5.054, de 27 de dezembro de 2019, bem como firmar convênios ou contratos com órgãos e entida-

des da Administração Pública, da União, do Estado do Amazonas e seus Municípios. Em nossa data base, a Companhia não apresenta contrato firmado, portanto, verificamos que as despesas pré-operacionais estão sendo deduzidas do Capital Integralizado do Governo do Estado do Amazonas e Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

A Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (CADA) é uma Empresa Pública que teve sua constituição autorizada pela Lei nº 5.054, de 27 de dezembro de 2019 com as alterações promovidas pela Lei nº 5.219, de 31 de agosto de 2020. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foi auditada por outros auditores. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades públicas (Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª edição) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 09 março de 2022.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – AM

ESMIR DE OLIVEIRA

Contador CRC 1 SP 109628/O-1 – S - AM

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo			
	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	694.398	-
Outras contas a receber	5	10.749	-
Despesas pagas antecipadamente		-	728
		705.147	728
Não circulante			
Imobilizado	6	91.196	-
Intangível	6	14.665	-
		105.861	-
Total do ativo		811.008	728

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	7	10.154	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	407.068	-
Outras contas a pagar ou provisões	9	1.292	728
		418.514	728
Patrimônio líquido	10		
Capital Subscrito		10.000.000	10.000.000
Capital a Integralizar		(5.500.000)	(10.000.000)
Resultado do Exercício		(4.107.506)	-
		392.494	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		811.008	728

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(4.148.865)	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(4.148.865)	-
Despesas financeiras	12	(4.497)	-
Receitas financeiras	12	45.856	-
(=) Resultado financeiro líquido		41.359	-
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.107.506)	-
(-) Imposto de Renda		-	-
(-) Contribuição Social		-	-
(=) Resultado do exercício		(4.107.506)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(4.107.506)	-
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício	(4.107.506)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)**

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-
Capital Subscrito do Estado do Amazonas	9.900.000	-	-	9.900.000
Capital Subscrito do CIAMA	100.000	-	-	100.000
(-) Capital a Integralizar do Estado do Amazonas	(9.900.000)	-	-	(9.900.000)
(-) Capital a Integralizar de CIAMA	(100.000)	-	-	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Capital Subscrito do Estado do Amazonas	9.900.000	-	-	9.900.000
Capital Subscrito do CIAMA	1.000.000	-	-	1.000.000
(-) Capital a Integralizar do Estado do Amazonas	(5.500.000)	-	-	(5.500.000)
Resultado do exercício	-	-	(4.107.506)	(4.107.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.500.000	-	(4.107.506)	392.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

	2021	2020
(=) Resultado do exercício	(4.107.506)	-
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	6.573	-
	(4.100.933)	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/diminuição em Outras contas a receber	(10.749)	-
(Aumento)/diminuição em Despesas pagas antecipadamente	728	-
Aumento/(diminuição) em Fornecedores	10.154	-
Aumento/(diminuição) em Obrigações trabalhistas e previdenciárias	407.068	-
Aumento/(diminuição) em Outras contas a pagar ou provisões	564	-
	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(3.693.168)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(95.513)	-
Aquisição de intangível	(16.921)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(112.434)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento em Integralização de Capital Social	4.500.000	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	4.500.000	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	694.398	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	694.398	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	694.398	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)****1.Contexto operacional**

A Empresa Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA, é uma empresa pública, de direito privado na forma de sociedade anônima, com capital fechado, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica – CNPJ 40.182.478/0001-02 com data de abertura 22/12/2020, a sociedade anônima é formada pelo acionista Governo do Estado do Amazonas, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, nº 3925, bairro Santo Agostinho, Manaus-AM, inscrita no CNPJ 04.312.369/0001-90 neste ato representado por Acram Salameh Isper Jr, e o acionista Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tefé, nº 3279, Bairro Japiim, Cep. nº 69.079-000, inscrita no CNPJ nº. 00.624.961/0001-77, neste ato representada pelo seu diretor-presidente, o senhor Antônio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. A Sociedade tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recursos financeiros, para o financiamento de projetos prioritários, em conformidade da Lei Estadual n.º 5.054, de 27 de dezembro de 2019 e alterações da Lei nº 5.219 de 31 de agosto de 2020.

Para a consecução do seu objeto social, a Companhia poderá:

I – Fazer convênios ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública, da União, do Estado do Amazonas e seus Municípios, para que realizem investimentos prioritários no Estado, suportados por recursos fornecidos pela CADA, em especial nas áreas de saúde, educação, transportes

e segurança;

II – Emitir e distribuir, publicamente, quaisquer títulos e/ou valores mobiliários, observadas as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

III – Contrair empréstimos e financiamentos, no mercado nacional ou internacional;

IV – Adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários;

V – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

VI – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

VII – Estruturar e implementar operações, que visem à obtenção de recursos, junto ao mercado de capitais;

VIII – Auxiliar o Estado, na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais, em geral;

IX – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens; X – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares, podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

XI – Participar de outras sociedades, cujo objeto social seja compatível com suas finalidades;

XII – Realizar quaisquer atividades, que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC T G 1000).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

1.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). A Administração da Empresa definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

1.3 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

Para elaboração das demonstrações contábeis, foram adotadas as seguintes principais práticas contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro no banco, depósitos bancários e transferências bancárias, valores que compõem o saldo bancário para fins de demonstração de caixa.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de contribuições não houve movimentação de receitas de contribuições que possa compor saldo no contas a receber no período de abertura da empresa.

c) Imobilizado**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na taxa fiscal de cada componente e são depreciados a partir da data em que são adquiridos e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

d) Demais ativos circulantes e não circulante

Demonstrados ao valor de custo ou valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

Os impostos e contribuições são calculados de acordo com a legislação em vigor em suas respectivas datas de encerramento das demonstrações contábeis.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j) Contingências

Não há o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

k) Demonstração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	201	-
Banco do Bradesco AG 3739/7 CC 79299/3	14.970	-
Aplicação Financeira Banco Bradesco	679.228	-
(-) Prov. Renda s/ Aplic. Financeira	-	-
Prov. IRRF s/ Resgate Aplic. Financeira	-	-
	694.398	-

5. Outras contas a receber

Descrição	2021	2020
Fornecedores Nacionais	749	-
Adiantamento de Aluguel	10.000	-
	10.749	-

6. Imobilizado

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Custo				
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	-	36.361	-	36.361
Equipamentos de Processamento de Dados	-	59.152	-	59.152
Sistema ERP Fortes	-	16.921	-	16.921
	-	112.434	-	112.434
Depreciação				
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	-	(2.391)	-	(2.391)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(1.926)	-	(1.926)
Sistema ERP Fortes	-	(2.256)	-	(2.256)
	-	(6.573)	-	(6.573)
Total Imobilizado líquido	-	105.861	-	105.861

7. Fornecedores

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores de mercadorias e serviços:

Descrição	2021	2020
Fornecedores diversos	10.154	-
	10.154	-

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2021	2020
CSRF a Recolher	252	-
Férias	180.812	-
FGTS a Recolher	13.346	-
FGTS sobre Férias	16.139	-
INSS a Recolher	76.205	-
INSS Retido a Recolher	388	-
INSS sobre Férias	44.163	-
IRRF a Recolher	587	-
IRRF S/ Folha de Pagamento a Recolher	73.038	-
IRRF S/ Pagt Membros Estatutário a Recolher	2.138	-
	407.068	-

9. Outras contas a pagar ou provisões

Descrição	2021	2020
Energia a pagar	1.292	-
Reembolso a pagar	-	728
	1.292	728

10. Patrimônio líquido

Descrição	2021	2020
Capital Subscrito do Estado do Amazonas	9.000.000	9.900.000
Capital Subscrito do CIAMA	1.000.000	100.000
(-) Capital a Integralizar do Estado do Amazonas	(5.500.000)	(9.900.000)
Resultado do exercício	(4.107.506)	(100.000)
	392.494	-

11. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Despesa com pessoal	3.864.100	-
Aluguéis	50.000	-
Despesas com Treinamento de Pessoal	35.771	-
Assessoria Jurídica	31.966	-
Despesa com Viagens, Diárias e Ajuda de Custo	27.446	-
Despesas com Publicação Diário Oficial	25.035	-
Outras despesas	114.546	-
	4.148.864	-

12. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras		
Recebimentos Aplicações Financeiras	37.345	-
Desconto Obtido	8.511	-
	45.856	-
Despesas Financeiras		
Despesa Tarifa Bancária	3.973	-
IOF	382	-
Juros Pagos e/ou Incorridos	142	-
	4.497	-
	41.359	-

ACRAM SALAMEH ISPER JR

Diretor Presidente

KATIA MARIA PAULA DE ANDRADE BARRONCAS

Diretora Administrativa

IRINEU AVELINO DE SOUZA NETO

Contador – CRC 015103-O-AM

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 01/2022 — CI/ CADA

Baseado no Relatório de Auditoria independente sobre as Demonstrações Contábeis

Relatório: nº 001/2022

Exercício: 2021

Unidade auditada: Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA.

Cidade: Manaus

I. APRESENTAÇÃO

Em entendimento ao disposto no art. 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, e Resolução Normativa TCE/AM 03/2016, apresenta-se o Parecer Técnico da Unidade de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão, exercício de 2021, da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA.

Destaca-se, inicialmente, que a unidade de Controle Interno desta Companhia foi instituída conforme instrumentos legais que determinaram a sua implantação:

1. Portaria nº 02/2021/CADA que implementa a Controladoria Interna da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA e designa a servidora Juliana Maria Melazi Girardi Vargas, matrícula nº 012, para exercer o cargo de Controladora Interna;

2. Ata da 7ª Reunião do Conselho de Administração, no dia 14/07/2021, que deliberou sobre a aprovação do Regimento Interno que dispõe sobre as competências do Controle Interno-CI. O artigo 65º do Regimento interno da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 14/07/21, atribuiu como competências do Controle interno: avaliação dos sistemas de controles internos existentes nos departamentos e setores, a fim de identificar o nível de segurança; detectar, mediante avaliação e análise, os pontos críticos de atividades operacionais dos departamentos quanto ao cumprimento

das normas legais peculiares às suas atividades, como também das recomendações expedidas pelos órgãos de Controle Externo às quais a CADA está submetida; verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas pela Administração; verificar e monitorar o cumprimento das recomendações da Controladoria-Geral do Estado do Amazonas – CGE/AM e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM; apresentar sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos e ao aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo, sugerir implantação. No ano de 2021, este CI concluiu todo processo de implantação da unidade, desenvolveu suas atividades por meio da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais.

II. DADOS DO ÓRGÃO

Órgão: Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA.

Responsável e Ordenador de despesas: Acram Salameh Isper Jr

Ato de criação: Lei nº 5.054, de 27 de dezembro de 2019 (Publicada no DOE de 27.12.2019, Poder Executivo, p.1.)

Vinculação: SEFAZ

Natureza jurídica: Sociedade Anônima

Endereço: Rua Belo Horizonte, nº19, Adrianópolis, Ed. The Place Business Center, 1º andar, sala 107, Cep: 69057-1091

III. MEMBRO DA CONTROLADORIA INTERNA

Juliana Maria Melazi Girardi Vargas - Controladora Interna.

IV. DO RESULTADO DA ANÁLISE DO ATO DE GESTÃO

O presente relatório trata da Prestação de Contas da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA., referente ao exercício de 2021, gestão da Diretoria Executiva, presidida pelo Diretor Presidente, Sr. Acram Salameh Isper Jr, designado pelo Decreto Estadual de 06 de fevereiro de 2020, considerando a autorização concedida ao Poder Executivo pela Lei 5.054, de 27 de dezembro de 2019, para constituir a Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos e atendendo ao art. 147, §1º e §2º da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e de acordo com o Termo de Posse assinado em 02/12/2020.

Considerando os elementos que integram as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2021 da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos elaborados e sob a responsabilidade do contador, Irineu Avelino de Souza Neto, CRC AM, registro nº015103-O., sob a anuência da Diretora Administrativo Financeira, Kátia Maria Paula de Andrade Barroncas, e calçada no resultado do Relatório de Auditoria Independente realizado pela BDO RCS Auditores Independentes SS, CRC 2 SP 013846/O-1 – S – AM, essa Controladora Interna informa que emitiu o Parecer Técnico com base no Parecer do Auditor Independente “Esmir de Oliveira, Contador CRC 1 SP 109628/O-1 – S - A”, e conforme opinião constante no Relatório do Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis, exercício 2021 “Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o balanço patrimonial da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos em 31 de dezembro de 2021, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas (Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 8ª edição)”. Ressalta-se que os resultados deste parecer não foram alvo de auditoria contábil ou análise nas Demonstrações Financeiras pela Controladora Interna.

Assim, em atendimento as determinações contidas no inciso III, art. 2º da Resolução N. 03/2016, e fundamentado no Relatório de Auditoria independente, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria pela regularidade da gestão dos responsáveis pela Companhia. Desse modo, o processo pode ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE AM conforme determina a Resolução N. 03/2016 da Egrégia Corte de Contas.

JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS

Controladora Interna da Companhia de Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

Protocolo 83202

Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2022

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 04/2022. Processo nº 194/2021. Partes: AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL - AADC (CNPJ: 13.659.617/0001-65) e B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA-EPP (CNPJ: 84.544.469/0001-81), MKN SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (CNPJ: 17.125.122/0001-07) e ANDRÉ T. DE SOUZA - COMÉRCIO-EPP (CNPJ: 14.643.338/0001-76). Objeto: Registro de Preços da empresa vencedora da licitação Pregão Presencial Nº 055/2021-SRP-AADC para eventual aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, pelo sistema registro de preços, para atender as necessidades dos espaços culturais administrados e apoiados pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural-AADC. Vencedora Lote 01: B.M.J. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA-EPP. Valor Lote 01: R\$ 294.136,93. Vencedora Lotes 02 e 05: MKN SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. Valor Lotes 02 e 05: R\$ 263.104,15 e Vencedora Lotes 03, 04 e 06: ANDRÉ T. DE SOUZA - COMÉRCIO-EPP. Valor Lotes 03, 04 e 06: R\$ 2.039.329,15. Fundamento: Decreto Estadual nº 40.674/2019, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Estadual nº 28.182/2008, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993. Valor Global: R\$ 2.596.570,23 (Dois Milhões, Quinhentos e Noventa e Seis Mil, Quinhentos e Setenta Reais e Vinte e Três Centavos). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses. Data da Assinatura: 24 de março de 2022.

EDVAL MACHADO JÚNIOR

Presidente

Protocolo 83244

**Você, pessoa física
ou jurídica, deseja publicar
no Diário Oficial Eletrônico
(DOE)?**

**Solicite seu orçamento
através do endereço de e-mail:**

doe.publicacao@imprensaoficial.am.gov.br

IOA NEWS

**Para mais informações ou em caso de dúvidas:
Segunda a Sexta-feira, das 9h às 17h.
Sistema IOANEWS: (92) 2101-7500**

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO